



AS CLASSES SOCIAIS E SUAS FORMAS MODERNAS DE LUTA**

Armand Ajzenberg*

O estudo de Henri Lefebvre, *Psychologie des classes sociales*, de 1963, foi recentemente redescoberto, na França, por um economista, Jean Magniadas. Pareceu-nos interessante e importante, sobretudo porque, na França, alguns pesquisadores estão redescobrendo as classes sociais. Entretanto, ainda hoje, as grandes ideologias que se nos impõem – eu falo tão somente das que eu conheço minimamente – fazem crer no fim das ideologias, no fim de Marx, no fim das classes sociais, e, portanto, da luta de classes.

Em 1963, Henri Lefebvre escrevia, no referido estudo: "A burguesia é a classe que nega as classes e isto faz parte de sua definição como classe. Este fato é ainda mais notável, já que a burguesia alcançou o poder econômico e político, enquanto classe (...) Depois disso, a ideologia e a prática ocultaram essa realidade histórica: o individualismo, o nacionalismo". Essa constatação é ainda mais verdadeira hoje, do que em 1963. Interrogado por *Télérama*, na ocasião da publicação de sua obra, *Les vivants et les morts*, Gerard Mordillat, escritor e cineasta, respondia da seguinte forma à pergunta - "Você fala em classe operária no passado?" -, feita pela revista (número 2871, de 19/01/05): "Para mim, ela ainda existe, assim como a luta de classes, que eu, aliás, descrevo em *Les vivants et les morts*. Mas, trata-se de uma grande força do capitalismo nos fazer crer que ambas tenham desaparecido. Marx dizia que o poder pertencia àqueles que possuem os meios de produção. Hoje, nós vivemos em um mundo no qual o

poder pertence, antes, àqueles que detêm os meios de comunicação. Ora, com esses meios, conseguimos vender a idéia de que não mais havia classes sociais, mas 'parceiros sociais'. E a passagem se fez sem que nos déssemos conta; passamos de uma relação conflitante – e para quem permanece com a idéia, basta abrir o jornal! – para uma língua que expulsou a classe operária e seus conflitos. O que está em jogo no mundo é sempre sensível por meio da linguagem...". Como está bem dito! A não ser pelo fato de que aqueles que detêm os meios de comunicação são também os que detêm os meios de produção.

Mas, o estudo de Lefebvre se revela interessante por muitos outros aspectos, e vocês se darão conta disso, ao lê-lo. No tomo II, de *Critique de la vie quotidienne*, em 1961, Lefebvre anunciava: "Na teoria geral da necessidade, mostraremos como o proletariado, enquanto tal, contém o **fenômeno humano total**: necessidade-trabalho-fruição, e como se mantém próximo da espontaneidade fundamental que se revela nessas três dimensões". Contudo, em 1963, no estudo aqui considerado, ele abandona a caracterização das classes por meio das necessidades: "as distinções entre necessidades profundas e necessidades artificiais, necessidades elementares e superiores, necessidades materiais e necessidades coletivas, espirituais, culturais ou morais, não são nem elaboradas, nem suficientemente relacionadas à análise crítica da prática social".

* Editor da Revista Eletrônica *La Somme et le Reste - Études lefebvriennes, réseau mondial*, e também um dos animadores do Grupo de Estudos Lefebvrianos na França. Foi operário e técnico em indústria mecânica, e, ainda, amigo pessoal de Henri Lefebvre e de Lucien Bonafé.

** Traduzido por Ana Cristina Arantes Nasser, Doutora em Sociologia pela FFLCH/USP.





As classes em uma sociedade global

"(...) na medida em que cada classe constitui um todo (parcial) em uma totalidade, a sociedade global, reconhecendo-se em determinada obra, símbolo, ou acontecimento, encontraremos as tonalidades psíquicas e as implicações de tonalidades, nas quais as classes refletem, simultaneamente, sua especificidade, seu pertencimento a uma mesma sociedade e as relações que nela estabelecem".

Na parte dedicada à "práxis", no tomo II de *Critique de la vie quotidienne*, Lefebvre protesta contra a operação ideológica que reduz a práxis à produção e esta à produção econômica, e, mais precisamente, material. "A práxis engloba, simultaneamente, a produção material e a produção 'espiritual', a produção dos meios e a dos fins, a dos instrumentos, a dos bens, a das necessidades. Produzir e reproduzir não significa apenas lançar na circulação, troca e acumulação, um determinado número de objetos produzidos (instrumentos de produção ou bens de consumo). É também produzir e re-produzir as múltiplas **relações sociais** que permitem a produção e também a **apropriação** dos bens (e que igualmente os limitam ou os obstaculizam)".

Ainda nessa obra, Lefebvre diz precisamente: "(...) toda sociedade comporta e supõe uma produção não-material e, contudo, criadora em termos práticos, os múltiplos 'serviços'. Ora, estes serviços se inserem na trama das relações sociais, das relações de produção e de propriedade. Eles as tornam mais complexas. Eles representam as necessidades sociais admitidas e controladas. Eles realizam a articulação entre a produção e o consumo, na cotidianidade (quer se trate da distribuição, dos transportes, da higiene e da medicina, da educação e da instrução, dos lazeres, da publicidade, das obras propriamente culturais, etc.)".

É no âmbito dessa globalidade da sociedade, que é preciso, em minha opinião, compreender a análise das classes sociais. E isto precisamente a partir de *Psychologie des classes sociales*, de Henri Lefebvre, que me parece sempre conter um método preciso para a compreensão dessas classes, e também para

a busca de uma reflexão sobre as relações de conflito e as alianças que as governam.

Portanto, eu não retornarei aqui à análise, feita por Henri Lefebvre, sobre a psicologia coletiva da burguesia, da classe operária, dos camponeses e das classes médias. Basta lê-la. Em contrapartida, tentarei ver o que mudou nas forças sociais desde 1963, na França, é claro (mas é provável que, no Brasil, as coisas não sejam muito diferentes, ou ainda não).

As formas modernas de luta de classe

A produção editorial, até recentemente, recaía menos sobre a análise das forças sociais vigentes e da luta de classe e consistia mais em uma luta de classificação, em que se tratava de demonstrar o fim da classe operária e sua substituição, como força atuante, pelas classes médias (ex. André Gorz, com *L'adieu au travail*, ou Jérémy Rifkin, com *La fin du travail*). Estava em jogo o exercício do poder nos partidos políticos, nos sindicatos, etc., mas, principalmente, na cúpula do Estado.

Contudo, isso não significa que nada mudou, desde 1963. Pelo contrário! Nos anos 80, Henri Lefebvre havia constatado a emergência de formas modernas de luta de classe, que não são mais completamente da luta de classe tradicional – dizia ele –, pois não estão intrinsecamente vinculadas a um sujeito histórico: a classe operária já constituída. Formas modernas de luta de classe em que principalmente as classes médias participam. Formas modernas de luta de classe que, para ele, não abolem as formas tradicionais, mas as incluem em um conjunto mais amplo que o precedente.

É nessa perspectiva – imbricação entre as formas tradicionais de luta de classe e as modernas – que uma análise das forças sociais vigentes se impõe. Postularemos, aqui, portanto, a realidade econômica, social, ideológica das classes sociais, mas também sua realidade... psicológica. Ao que parece, porém, essas mudanças não acarretaram uma





psicologia de cada uma das classes sociais diferentemente do que Henri Lefebvre pôde observar, há quarenta anos.

O que mudou desde 1963

Desde 1963, data do estudo de Henri Lefebvre, a situação das classes sociais, sob alguns pontos de vista, não é mais o que era antes. Entretanto, sob outros pontos de vista, nada mudou fundamentalmente. As classes existem sempre. *"Sob a imobilidade aparente, a análise descobre uma mobilidade oculta. Sob a mobilidade superficial, ela atinge estabilidades, auto-regulações, estruturas e fatores de equilíbrio. Sob a unidade global, ela revela diversidades; e, sob as aparências múltiplas, uma totalidade"* – escrevia Lefebvre, no tomo II de *Critique de la vie quotidienne*. No mais, a análise realizada há quarenta anos me parece sempre pertinente. As características diferenciais das classes sociais, evidenciadas por ele, são simplesmente acentuadas e radicalizadas, quantitativa e qualitativamente.

A burguesia é sempre, e mais do que nunca, a classe que nega as classes. E isto porque lhe falta uma dimensão: *"o trabalho conhecido e reconhecido, na prática social, como atividade produtora, criadora do mundo humano"*. Devido a essa falta, e de deriva em deriva, o trabalho, para o capitalista, foi marginalizado e se encontra relegado a não ser mais do que um "custo".

O burguês? *"Duas 'almas', e apenas duas habitam-no (...). Tanto uma alma quanto a outra arrebatam-no, após um cálculo mais ou menos preciso e afinado. Tanto enquanto pai de família querendo dar um dote às suas filhas, como enquanto querendo aumentar sua empresa, o burguês quer 'economizar'; e a economia política, ciência da abstinência, é, enquanto tal, a sua ciência. Por outro lado, enquanto homem, esposo feliz ou amante, enquanto admirador dos objetos de arte ou de paisagens, o capitalista quer gastar, consumir, usufruir. A necessidade e a fruição se repartem nesses 'enquanto...'; elas se confrontam neles, e aí lutam ou encontram o apaziguamento dos compromissos"*, verifica Henri Lefebvre, em

seu estudo.

Pode-se pensar que a vontade capitalista desenfreada de sempre reduzir esse "custo" sai da "primeira alma" do burguês: economizar para acumular. Não é nada disto! Trata-se, para os patrões das empresas cotadas na bolsa, de fazer subir as cotações. É a "segunda alma" do burguês – a da fruição – que vai de vento em polpa.

Se ainda existem grandes fortunas, e, conseqüentemente, grandes burgueses e fortunas adquiridas pelos ancestrais de maneira às vezes duvidosa – a venda de escravos, por exemplo -, o coração do capitalismo, hoje, transferiu-se para os "empreendedores". Um jornal noturno, de julho de 2003, subscreveria desta forma um artigo: "em conformidade com a lei (a de 15 de maio de 2001, referente às Novas Regulamentações Econômicas), as grandes figuras do capitalismo francês reduziram a cinco seus mandatos de administradores, abrindo as portas a novos perfis nas empresas do CAC 40. O principal viveiro ainda continua sendo o clube dos banqueiros e dos dirigentes de grandes grupos".

Para esses grandes administradores de empresas, trata-se, agora, prioritariamente, de obter bons resultados na bolsa. Se os resultados positivos das empresas repousavam, ontem, sobre os frutos de uma gestão normal, eles jamais permitiam chegar a taxas de lucro de 15 a 20%. Não se podem obter esses resultados a partir do valor mercantil, isto é, da riqueza criada. É preciso, portanto, orientar-se muito rapidamente para a especulação bolsista e financeira. Não se trata aqui da acumulação ampliada de capital pela empresa, mas da vontade de fruição dos especuladores. A "segunda alma" desse burguês conduz a dança.

Esse fenômeno é ainda acentuado pelo sistema em expansão das *stock-options*, que a lei sob as NRE (Novas Regulamentações Econômicas, N. do T.) evitou suprimir. Assim, "(...) um dirigente que, durante cinco anos, tivesse tentado desenvolver sua empresa normalmente, que lucrasse resultados positivos,





mas não exagerados, e, portanto, lucrasse *stock-options* importantes, poderia, a partir do sexto ano, fazer valer as mesmas, e, portanto, gerar sua atividade, não mais em função do interesse da empresa, mas sim de seu interesse pessoal, para fazer explodir as ações e acumular lucros sem precedentes. A partir do sexto ano, ele não mais precisaria conduzir seu grupo com sabedoria, mas, ao contrário, buscar atuar um pouco mais sobre os mercados financeiros para fazer subir o preço de suas ações. Portanto, o que importa não é mais o desenvolvimento industrial da empresa, mas os interesses financeiros dos dirigentes e dos acionistas”, escrevia, no *L’Humanité*, de 2 de agosto de 2002, Philippe Bourgallé, secretário geral da federação CGT (Confederação Geral do Trabalho, N.do T.) dos setores financeiros.

Para Lefebvre, em 1963, “(...) a classe operária apresenta a totalidade, a plenitude das dimensões humanas. Ela se torna portadora de uma reivindicação total, que engloba e até mesmo traz em primeiro plano as questões relativas ao trabalho: salários e retribuição, organização e proteção do trabalho. Contudo, ela ultrapassa, cada vez mais, o econômico propriamente dito; ela abrange a organização de toda a vida cotidiana, a vida familiar, a habitação, o habitat, a vida da cidade e da sociedade, o ensino, a cultura e a vida moral, os lazeres, etc (...). Jamais se levou tão longe a análise efetiva, a dispersão, a segregação, o deslocamento dos elementos da totalidade humana, dos gestos do trabalho por grupos, idades, sexos. Daí resultando que jamais tenha sido tão forte a exigência de síntese e de totalidade concreta pretendidas pela classe operária. É verdade que várias correntes contrárias se lhe opõem. Ao mesmo tempo, ela ganha uma consciência mais profunda daquilo que representa - porque, na sociedade global, ela o é -, e também do que busca e quer: a superação de suas alienações”.

Essa situação da classe operária existiu; e atingiu seu apogeu em 1968. E como isso se dá hoje? “Depois de 1968, tudo foi feito para anular ‘a massa crítica’ – a capacidade coletiva de contestação dos salários”, respondia uma socióloga, Daniele Linhart, no *L’Humanité*, em referência à sua obra *Perte d’emploi, perte de soi*.

Ainda no *L’Humanité*, de 13 de dezembro de 2002, Linhart acrescentaria: “(...) a terrível guerra engajada pelo patronato francês contra a classe operária - eu digo, propositalmente, ‘guerra’, por tratar-se de uma história que foi pensada e iniciada há trinta anos, com a individualização, o ‘participativo’, a elevação do desemprego (...) A classe operária não ‘desapareceu’, porque a sociedade se transformou por si mesma: ela foi combatida, derrotada, no âmbito de uma relação de forças. Foi depois disso que declararam-na morta, ‘invisível’ socialmente; falaram em ‘competências’, em ‘potenciais’, e não mais em qualificações. Toda essa linguagem não só refletiu e revelou as práticas, como contribuiu para transformar as representações dos cidadãos; até também apagar, de uma outra maneira, a realidade das pessoas, por meio da abstração absoluta.”.

Assim, após maio de 1968, a burguesia – que nega as classes – pôde acreditar e fazer acreditar no desaparecimento e na inexistência da classe operária. Deve-se dizer que a burguesia teve, então, seu pavor do século, menos do que vinha dos estudantes e mais daquilo de que o movimento operário era portador: nunca a exigência de síntese e de totalidade concreta, trazidas pela classe operária, tinham sido tão fortes!

Para Stéphane Beaud e Michel Pialoux, também sociólogos, “(...) houve um lento ‘esmagamento’ das classes populares, um longo silêncio perturbado por alguns momentos de ira (os siderúrgicos de Longwy, de 1979 e 1984; os operários da Peugeot, de 1998; os ferroviários, de 1995). Se, no final dos anos sessenta, a revolução aparecia como um espectro ameaçador, trinta anos mais tarde, a situação social era oposta: uma espécie de





exército de reserva de interinos e de CDD (contratos por tempo determinado, N. do T.), a instauração de uma precarização institucional, a atonia dos sindicatos operários, o dismantelamento progressivo do Estado, a derrota operária e a fragmentação das classes populares, simultaneamente à consolidação e ao enriquecimento de uma classe dirigente cada vez mais auto-confiante. É aí que se vê quanto o medo social mudou de lado, durante esse período.”.

De classe consciente, em 1963, do que ela representava, “*porque ela o é*”, na sociedade global, e do que ela almejava e queria - “*a superação das alienações*” -, a classe operária se torna, para Stéphane Beaud e Michel Pialoux, uma classe na qual predomina a vergonha. “(...) a questão da ‘vergonha’ se torna absolutamente central, ao se querer compreender o que se passa no mundo operário contemporâneo”, escreviam eles, em *À gauche!* (Éditions La Découverte, 2002).

Tal vergonha “(...) é feita de diferentes formas de vergonha: a vergonha em relação aos dominantes (a linguagem, a incultura, o sentimento de ser marginalizado no mundo informatizado); a vergonha de sua vergonha; a vergonha diante dos filhos, por não poder ajudá-los, como seria preciso, na escola; a vergonha de habitar um bairro degradado e de dever informar esse endereço de ‘pobre’, e de não convidar visitantes. Mas também, de maneira muito oculta, a vergonha de se tomar como mais fraco do que se é (os imigrantes, os nômades, etc.). E há ainda essa forma de vergonha, que, para a maioria (no momento), diz respeito ao sentimento de agir mal, dando nossa voz a alguém que achincalha os valores segundo os quais fomos educados (tanto na família, como na escola), que nos faz passar por ‘porcos’, indecentes, que nos rebaixa (moralmente), ao mesmo tempo que nos fortalece, permitindo-nos um grupo de pertencimento, o dos reprovados. Hoje, o grupo operário aparece profundamente talhado pela vergonha e por esses sentimentos misturados (e que se redobram) de inveja e de medo. É difícil lutar contra isso por meio de palavras; é

preciso ações concretas, de tipo material; ‘mudar a vida’, como dizia a outra...”.

Desde 1968, “a terrível guerra empreendida pelo patronato francês contra a classe operária” – como dizia Danièle Linhart – foi também ideológica. Ela tem um nome: o individualismo, cultivado de maneira exacerbada. A sociedade se tornaria individualista, e apenas isto. As relações de classes não existiriam mais; só subsistiriam as relações entre os indivíduos. É preciso ainda dizer que se nesse jogo os intelectuais de direita participaram amplamente, os intelectuais de esquerda também não ficaram de fora.

Para Yves Clot, psicólogo do trabalho (*Le Monde* – 22 e 23 de junho de 2003), o campo de ruínas não é só aquele da classe operária: “os assalariados são confrontados por uma demanda de responsabilidade crescente. Isto é particularmente evidente para os educadores. Sua ‘responsabilidade’ é convocada diante dos problemas mais difíceis de resolver, e que não foram conhecidos pelas gerações anteriores. Mas essa menção de novas responsabilidades é igualmente verdadeira para um carteiro ou um condutor de trem. Todos, diante do acúmulo de novos problemas e da intensificação das dificuldades, necessitam de coletivos para integrá-los e resolvê-los. Ora, a do trabalho, em grande parte, faz o contrário: ela maltrata os coletivos, ou descarta-os, desenvolvendo múltiplas formas de precariedade. O trabalho de organização necessária para enfrentar os problemas advindos do real não é suficientemente esmerado. Tem-se aí profissionais que se encontram em dificuldades muito grandes, e que deveriam beneficiar-se da organização do trabalho, mas esta se furta de sua função central. Exatamente onde a organização do trabalho deveria ser um meio a serviço do trabalho, é o trabalho que é posto a serviço da organização. E quando isso ocorre, é sempre “apesar de tudo”, pois os profissionais se empenham em continuar “fazendo um bom trabalho”.

“Para permanecer na corrente da modernidade, não se quis ver do que ela era





feita. De fato, os valores de esquerda, como a igualdade ou a fraternidade, não são mais considerados, e sim, desqualificados, e até levados ao ridículo”, dizem-nos Stéphane Beaud e Michel Pialoux. Para estes autores, ocorre uma guinada em 1983, quando a esquerda no poder escolhe o “rigor”. “Assim como o crescimento inexorável do desemprego, a reabilitação da empresa (Tapie, Montand, Minc, etc.) também diz muito sobre o intenso ‘trabalho ideológico’ efetuado, nessa época, para transformar as estruturas mentais dos indivíduos, a conversão ao realismo, a reinterpretção-liquidação do marxismo. Hoje, a ‘burguesia’ francesa não cede em nada seu poder, mas consolida-o, e até aumenta-o.”.

Assim, a burguesia – que nega as classes – pôde acreditar e fazer acreditar, após maio de 68, no desaparecimento e na inexistência da classe operária, conforme dizíamos mais acima. Mas, hoje, parece que a redescobrimos. Quantitativamente, nos países altamente industrializados, ela é avaliada em cerca de 30% da população ativa. O que é muito, e seria ainda mais expressivo, se não houvesse a “globalização” e as “deslocalizações”. Mas, o peso quantitativo daqueles que produzem as riquezas não é fundamentalmente determinante, mas sim, a função, qualitativa e sempre central, dos produtores de mais-valia. A classe operária não é, certamente, a única que foi engajada no processo de criação de mais-valia, mas é a única, em essência, da qual ela é extraída. E é sempre nessa extração que reside a fonte de acumulação do capital.

A classe operária sofreu - e isto de maneira deliberada, como se viu - desemprego, precarizações, e, inclusive, negação do estatuto de produtora da riqueza pela coisificação desse “produtor” reduzido a um “custo” culpável. A mundialização da produção e das trocas, a submissão da moral à mercadoria e às finanças – e mesmo a mercantilização da moral – transformam, assim, o ser humano produtor de riquezas (materiais e intelectuais) em uma “coisa”. Com isso, desenvolve-se e generaliza-se não apenas uma exploração da classe operária, mas também uma “guerra” contra ela.

Esta “guerra” conduziu, como se viu, ao desmoronamento quase total do que havia de coletivo na classe operária. Ela perdeu a guerra? De todo o modo, há urgência de uma reconstrução. “É exatamente esse capital coletivo, que as ‘forças progressistas’ desse país, notadamente os intelectuais, devem longa e pacientemente ajudar a reconstruir”, dizem-nos Stéphane Beaud e Michel Pialoux.

“Se a reforma do trabalho – ou, muito concretamente, de sua organização, de sua qualidade humana – não é defendida, tornando-se objeto de um pensamento coletivo, primeiramente, entre os assalariados, sendo, assim, ‘generalizada’, corre-se um verdadeiro risco. Frente ao reforço das práticas gestonárias que transformam o trabalho em simples mercadoria, e que fazem desaparecer o trabalho como valor, como espaço de criatividade e de emancipação, arrisca-se, com efeito, a ver desenvolverem-se formas de radicalizações sem raízes e ‘motins populares’ midiáticos”, prediz Yves Clot.

O que une as classes médias, em sua diversidade e heterogeneidade, é o individualismo. Este tema, desenvolvido além do razoável, por ideólogos a serviço da burguesia, pode levar a crer que elas eram “uma” classe social, a classe “eleita”. Mas não; apenas aparência de classe “única”. Pois a crença em um vínculo pelo individualismo é um argumento um pouco frágil para dar consistência a uma tal crença. Essa classe, essa “areia” unida pelo individualismo, em que cada grão se acredita único, “parece confundir-se com as outras”, dizia Lefebvre, em seu estudo. Portanto, doravante, falaremos em classes médias. Classes que, até o momento, são “fundidas” nos hábitos e costumes do capitalismo. Com efeito, Henri Lefebvre observava (tomo III de *Critique de la vie quotidienne*) que Marx, ao anunciar o enfraquecimento delas, e mesmo o seu desaparecimento, diante da contradição





essencial proletariado/burguesia, havia se enganado. Seu aumento quantitativo faz com que nos encontremos, hoje, "diante de uma sociedade com predominância ideológica das classes médias sob *hegemonia* do grande capital", dizia Lefebvre.

Nas classes médias, em 1990, e sempre na França, a situação não era totalmente a mesma que já prevalecia entre a classe operária: um campo de ruínas. Se, naquele ano, a taxa de desemprego dos operários era de 12,2% (13,7%, em 1985), e a dos empregados era quase idêntica, com 11,9% (10,8%, em 1985), a das classes médias era bem menor. No que se refere às classes médias "superiores", tinha-se, então, uma taxa de desemprego de 2,6% (2,8%, em 1985), sendo a das classes médias "intermediárias", de 4,1% (4,5%, em 1985). As cifras do desemprego, em 2002, eram as seguintes: 11,4% para os operários; 10,5% para os empregados; 3,8% para as classes médias assalariadas superiores; e 5,4% para as intermediárias. Contudo, os números do desemprego referentes às classes médias assalariadas devem ser considerados relativamente, uma vez que os professores e educadores de primeiro grau, por exemplo, não são atingidos da mesma maneira que os engenheiros técnicos e comerciais, e também os técnicos das empresas.

Em uma mesma empresa, em casos de reestruturação, por exemplo, é diferente a situação dos assalariados das classes médias, dos empregados, e dos operários. Os engenheiros e técnicos, por suas próprias funções, têm mais facilidades de estabelecer contatos fora de seu serviço, e sua possibilidade de mobilidade física na empresa os coloca, teoricamente, em situação de, até pessoalmente, arranjar uma reclassificação eventual. As relações entre as pessoas são diferentes, em um serviço técnico, um laboratório, ou uma unidade de fabricação: em um laboratório, o engenheiro que o dirige explicita e justifica a decisão da direção da empresa (os quadros superiores geralmente consideram que têm um contrato moral que os vincula à sua direção). Em uma unidade de

fabricação, o chefe transmite a decisão da direção.

Em 1985, por exemplo, e também antes, as solidariedades eram grandes e funcionavam, numa unidade. Em um laboratório, se existia um certo grau de solidariedade entre os indivíduos, havia igualmente um espírito de concorrência, cada um tendo em mente a evolução de sua carreira. Hoje, nas referidas unidades, não se dá o mesmo que outrora; os trabalhadores por tempo determinado e os polyvalentes rompem as solidariedades. As concorrências entre os indivíduos se desenvolvem e se generalizam. Os aumentos de salários decorrem menos de lutas engajadas ou de acordos negociados, favorecendo-se, nesse aspecto, a noção de "performance" de cada indivíduo.

Aqui, porém, é preciso antes reconsiderar o peso das classes médias na sociedade global. Para tanto, utilizaremos as categorias sociais definidas pelo INSEE (Instituto Nacional de Estatística e estudos Econômicos, N. do T.), fazendo uma fotografia da situação para o ano de 2001, no qual a população ativa total era de 26.426 milhões de pessoas, dividindo-se da seguinte forma: classes médias, 34%; empregados, 30%; operários, 27,7%. A população não-assalariada (em porcentagens relativas ao total da população ativa) era constituída de agricultores (2,4%), artesãos e comerciantes (5,8%) e chefes de empresas (menos de 0,4%).

As classes médias? "*Vê-se aí mais facilmente o futuro da classe operária, o futuro da própria sociedade*", escrevia Henri Lefebvre.

Novos proletários, elas seriam aquelas que possuem – o argumento do individualismo sendo um pouco frágil – as virtudes para pensar e agir verdadeiramente: competência, vigor, honestidade. Não constitui novidade a tentativa de teorizar uma "Revolução" em que as classes médias assalariadas, que são os engenheiros e técnicos, ao liberarem-se, liberariam o mundo – a tentativa mais explícita foi a realizada, nos anos 70, por Jacques Chaban-Delmas e seu então conselheiro, Jacques Delors, com seu projeto de "Nova sociedade".





Em 1981, na obra coletiva prefaciada por Chaban-Delmas, (antigo primeiro-ministro gaullista), os militantes da CGC (Confederação Geral dos "Cadres" – *cadre*: categoria superior dos empregados de uma empresa, como, por exemplo, os engenheiros, N. do T.) legitimavam, assim, a tomada de poder pelas camadas sociais em questão: já que a classe média, os engenheiros, e, principalmente, os técnicos são a principal fonte do progresso técnico, "a renovação profunda de nossa sociedade não ocorrerá, provavelmente, nem pelo patronato, nem pela classe operária, ambos diretamente envolvidos, material, afetiva e espiritualmente. Por outro lado, o grupo dos engenheiros e dos técnicos não tem o mesmo *handicap*; recém-chegado, ele está na situação ideal para pensar e agir verdadeiramente".

Ou melhor, com a competência, eles detêm o método: a aproximação sistemática; "a mesma que eles aplicam diariamente na vida profissional, (e que) não é nada mais do que a transposição, ao nível do funcionamento do espírito, do mecanismo elementar – invenção-necessidade – de evolução. Ao nível do ser humano, a invenção se chama mutação criativa. No que se refere às sociedades humanas, ela é invenção técnica, econômica, política, criação de uma nova linguagem. A necessidade representa o conjunto das coerções (biológicas, ecológicas, sociais, culturais (...)) que caracterizam o equilíbrio do meio (...). Somente a 'aproximação sistemática' permitirá imaginar a natureza dos problemas que nos atingem neste quarto de século" (*Cadres et techniciens... témoins pour l'avenir*, prefácio de Jacques Chaban-Delmas, Le Centurion, 1981). Enfim, a "Nova sociedade" poderia ser resumida em uma imagem: a nação, o Estado, o mundo gerados à maneira cientificista de uma empresa.

Henri Lefebvre observava – em 1981, no tomo III de *Critique de la vie quotidienne* – que "a tese divulgada nos Estados Unidos de uma revolução cultural pelas classes médias não se sustenta. Somente a existência das classes médias permite que o Estado-providência se erija acima da sociedade; é em sua base social que este

Estado encontra os recursos, o pessoal, os 'sujeitos' passivos. A partir deste momento, ele pode figurar com as virtudes que convêm aos 'sujeitos' ativos: competência, vigor, gestão honesta, etc. Dito isto, as camadas e classes não apresentam nenhuma capacidade criativa; elas não podem inaugurar nem formas, nem valores; consumindo os produtos da indústria cultural, elas são incapazes de criar uma cultura, e menos ainda uma civilização digna deste nome; elas beiram o caminho do declínio" (...). Essas observações um pouco amargas não implicam a recusa e a condenação de tudo o que vem das classes médias. Longe disso. Uma tal recusa traz a marca do sectarismo. Os movimentos feministas não provêm nem dos trabalhadores, nem da burguesia. Evidentemente reformistas, suas reivindicações não transformam nem a cotidianidade, nem o modo de produção. Elas se contentam em melhorar, por exemplo, a divisão do trabalho ao nível do cotidiano".

A reativação de um projeto de "Nova sociedade" pelas classes médias, ressurgindo como uma velha serpente do mar – e sempre na moda entre os ideólogos da submissão ao capitalismo –, continua não parecendo responder às questões de hoje. É preciso, assim, enfrentar a separação e a aliança entre classe operária e classes médias assalariadas, de um outro modo que a partir de uma "ditadura" dessas últimas.

Os agricultores? Não há muita coisa a acrescentar à análise de Lefebvre, a não ser que as tendências por ele constatadas se acentuaram. Em 1982, os agricultores proprietários representavam 2,7% da população total da França. Em 1990, oito anos mais tarde, eles não representavam mais do que 1,8% dessa população total. Em 1999, este total reduziu para 1,3% (642.000 indivíduos).

Nesse conjunto, os agricultores das grandes propriedades eram 0,6%, em 1982;





assim permanecendo em 1990. Em 1999, eles representavam cerca de 0,8% dessa população (371.000 indivíduos).

Os agricultores das pequenas e médias propriedades, que, em 1982, eram 2,1% (1.139.733 indivíduos), não eram mais do que 1,1% em 1990, sendo que em 1999, eles eram menos do que 0,6% (271.000 indivíduos). Ou seja, a concentração impiedosa foi efetuada em detrimento dos agricultores das pequenas e médias propriedades; se estes últimos eram, ainda em 1990, duas vezes mais numerosos do que os agricultores das grandes propriedades, em 1999 já eram 100.000 indivíduos a menos do que eles.

Retorno às formas modernas da luta de classe

Um modo de produção, como conceito, não vale senão pela leitura e análise que dele se faz. Fazendo comércio de tudo – pessoas e coisas, imaterial e material –, leva à seguinte constatação e à seguinte consequência: as forças produtivas não são mais o que foram. Aí se incluem, juntamente com o trabalho, outras “coisas” que Marx não havia visto, ou que não existiam em sua época. As lutas de classe não são mais exatamente idênticas às de ontem. A exploração e as alienações que atingem outras camadas, além da classe operária, fazem com que as lutas de classe assumam outras formas: as modernas.

Em um texto publicado em Belgrado, em 1983, por ocasião do centenário da morte de Marx, Lefebvre dizia: *“As atividades estudadas por Marx e colocadas em primeiro plano pela maior parte das correntes marxistas referiam-se ao trabalho, à produção e aos locais de produção. Essas análises das relações de produção não esgotam, em minha opinião, o modo de produção (...) Elas mal possibilitam compreender seu desdobramento no século XX, sua elasticidade e suas capacidades. O que se passa fora dos locais de trabalho? Para compreender um conjunto de fatos, eu propunha e ainda proponho o conceito de ‘vida cotidiana’. Este conceito não exclui em nada o de trabalho produtivo. Ao contrário: ele o implica (...) Ele o completa, levando em conta os*

transportes, lazeres, a vida privada e familiar, assim como todas as modificações que afetaram, no decorrer da época moderna, esses diferentes aspectos da vida e da prática social”.

E Lefebvre dizia ainda: *“Essa atitude levou a incluir na análise e na concepção marxista aspectos negligenciados: a arquitetura – o urbanismo –, e, mais amplamente, o espaço e os tempos sociais (...) É preciso observar que o tempo e o espaço tornaram-se, simultaneamente, mercadorias (...) isto é, ‘bens’ em torno dos quais ocorrem grandes lutas (...) ou seja, para seu emprego e seu uso”* – que são, concluía o autor – *“uma forma moderna da luta de classes, não prevista por Marx, já que ela não existia em sua época”.* (Pode-se ler o artigo completo no Número 1 da Revista *La somme et le reste*).

Conferindo maior precisão à sua idéia sobre a referida “forma moderna” de luta de classe, Lefebvre declarava, em 1985, a propósito da nova cidadania e no âmbito da preparação do *Contrat de citoyenneté*:

“Será que isso se relaciona à luta de classe? Sim e não. Há uma parte de luta para o domínio do espaço e do tempo, que é uma intensa luta de classe pela redução do tempo de trabalho, pelas aposentadorias, pelo tempo de lazer, pela transformação urbana dos subúrbios (...) Mas, ao mesmo tempo, tudo isso não é mais uma luta de classe tradicional. Do mesmo modo que há lutas, como aquela pela paz, que não são estritamente a luta de classe, mas lhe dão continuidade. O combate por uma nova cidadania é ainda o da luta de classe, exatamente não o sendo mais. Ele não está intrinsecamente vinculado a um sujeito histórico, a classe operária já constituída” (Henri Lefebvre, revista *M*, dezembro 1991). As lutas das mulheres e também aquelas pela regulamentação dos “sem papéis”, e, mais genericamente, as de todos os “sem”, as lutas por uma “outra mundialização”, contra as guerras, etc., são ilustrações particularmente expressivas dessas formas modernas de luta de classe, em escala planetária.

Assim, segundo a teoria, elas são aquelas que não estão mais vinculadas a um sujeito histórico já constituído: a classe





operária. As classes médias (sobretudo, assalariadas), entrando, evidentemente, em choque, poderiam dar crédito aos detentores de uma "Revolução" pelas classes médias. Seria injuriar o pensamento de Henri Lefebvre interpretar desse modo sua constatação sobre as formas modernas de luta de classe, uma vez que, para ele, a mesma não constitui uma negação das análises de Marx sobre as relações de produção baseadas no trabalho e nos locais de produção, mas, ao contrário, trata-se de uma continuidade e de um desenvolvimento do pensamento de Marx sobre a transformação das forças produtivas no capitalismo moderno, e sobre as lutas de classes, modernas e tradicionais, determinadas por essas forças.

Para Lefebvre, o conceito de vida cotidiana (que inclui, sob as forças produtivas, "coisas" que Marx não tinha visto, ou que não existiam em sua época) não exclui em nada o conceito de trabalho produtivo e das lutas de classes tradicionais às quais tal trabalho conduz. Pelo contrário, diz ele, no conceito de vida cotidiana, trabalho produtivo e luta de classe tradicional estão imbricados, completados, prolongados no conjunto mais amplo constituído pelas formas modernas de luta de classe.

As coordenações

"A velha toupeira persegue sua errância não tão cega como se pretende atribuir: conselhos operários de 1905 e de 1917, na Rússia; conselhos operários da Alemanha e da Hungria; *Cronstadt* revoltada; Ucrânia *makhnovista*; coletivização na Espanha republicana; autogestão dos *biens vacants* (bens que não pertencem a ninguém e são passíveis de apropriação, N. do T.), na Argélia da independência, etc. etc. Mitos passadistas? E a Polônia de 1980? O maior defeito dessas escavações periódicas da velha toupeira é o de não estar de acordo com a imagem e os interesses da 'revolução dos intelectuais' (*Makhaïvski*)" – escrevia, em 1985, o sociólogo René Lourau, sobre a autogestão.

Desde 1968, na França, no que se refere às lutas de classe, a "velha toupeira" não parou

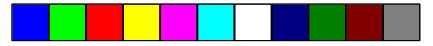
de cruzar sua galeria e de ressurgir, nas greves ditas selvagens, autogestionárias dos anos 70, nas quais "Lip" é o exemplo por excelência, até que apareça, nos anos 80, uma forma nova: as coordenações.

Estas nascem uma dezena de anos após os primeiros sinais de crise afetando as duas principais confederações sindicais (CGT e CFTD – Confederação Francesa Democrática do Trabalho, N. do T.). Paradoxalmente, tais coordenações emergiram tanto nas corporações pouco sindicalizadas, como nas que o eram fortemente. Porém, é a aparente incapacidade das organizações sindicais de responder às demandas dos assalariados que, em geral, conduz os sindicalistas a reativar tais estruturas de luta. De fato, é mais justo falar em desconfiância das coordenações face às organizações sindicais, do que em anti-sindicalismo – desconfiância essa que, aliás, tanto mobiliza os grevistas não-sindicalizados, quanto os animadores sindicalistas das coordenações.

Pode parecer que esse movimento das coordenações – que não cessa de renascer, periodicamente – decorre do que se poderia chamar de lutas de classe tradicionais. Isso é verdade... em grande parte. Se essas mobilizações sempre têm, no início, motivos corporativistas (o que não tem nada de pejorativo) – ataques aos direitos adquiridos e às reclassificações profissionais, golpes ao status de serviço público, à dignidade dos assalariados, etc. -, isso freqüentemente ocorre quando elas se desenvolvem, tomando uma outra dimensão. As reivindicações profissionais se inscrevem, então, em um espaço mais largo, mais global, digamos, "cidadão". Assim, além das ações de defesa corporativistas de um serviço público, leva-se em conta o interesse do usuário, seja ele assalariado ou não, sendo, então, a luta conduzida em seu nome – o que supera a forma tradicional da luta de classe e a aproxima do que Lefebvre denominava sua forma moderna.

"Só adere fortemente ao presente quem avista o futuro; isto é, o virtual e o possível", dizia





Lefebvre, em sua obra *La somme et le reste*. Transformar verdadeiramente o mundo, do modo como Marx o entendia, isto é, passando do modo de produção capitalista a um "outro" modo de produção, demanda, portanto, a compreensão e a consideração do desenvolvimento da luta de classe, com sua forma tradicional inclusa na "moderna". Essa compreensão é uma das chaves, uma condição maior, para chegar a uma "transformação do

mundo". Ela passa pela aliança dos produtores de mais-valia, tanto os oriundos da classe operária, como os das classes médias assalariadas. Outra condição, não menos importante: conferir toda a dignidade devida àqueles que estão no centro da superexploração capitalista: a classe operária. Aqueles contra quem mais "fez-se" a "guerra"; aqueles pelos quais passa sempre o essencial da extração da mais-valia fabricada por uns e outros.



